

Jornalismo literário, direitos humanos e integração: um caso português

Literary journalism, human rights and integration: a portuguese instance

Periodismo literario, derechos humanos e integración: un caso portugués

ALICE TRINDADE, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal (atrindade@iscsp.ulisboa.pt)

RITA INÁCIO, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal (ritainacio@hotmail.com)

RESUMO

O jornalismo literário relata histórias reais, que geram debate e interpretação, tendo, assim, uma função social. Este é o ponto de partida epistemológico deste artigo, que escrutina como este género atrai leitores, colocando na agenda as temáticas de direitos humanos e integração. Oito artigos vencedores do prémio português 'Direitos Humanos & Integração', entre 2006 e 2014, constituem o foco deste trabalho. O objetivo é inquirir quais as motivações dos jornalistas para o uso do jornalismo literário, utilizando para isso uma metodologia qualitativa. Conclui-se que tema e género se beneficiam mutuamente, o que gera qualidades relevantes para o futuro do jornalismo.

Palavras-chave: jornalismo literário, prémios de jornalismo, direitos humanos, integração, Portugal.

ABSTRACT

Literary journalism reports on real stories that entice audiences to debate and interpretation, thus fulfilling a role of societal importance. The paper departs from this epistemological standpoint, scrutinizing how this genre captivates the public, while setting the agenda on human rights and integration. Eight articles that won the Portuguese award 'Direitos Humanos & Integração' between 2006 and 2014 constitute the corpus. The goal is to discern the motives that led authors to this genre choice, by using qualitative methodology. Issues and genre are found to be mutually beneficial, whilst the latter demonstrates features that are relevant to journalism future.

Keywords: literary journalism, journalism awards, human rights, integration, Portugal.

RESUMEN

El periodismo literario informa historias reales que originan debate e interpretación, y por lo tanto tienen una función societaria. Este es el punto de partida epistemológico del artículo, que analiza cómo este género atrae a los lectores, mientras coloca en la agenda temática los derechos humanos y la integración. El corpus de análisis lo constituyen ocho artículos que ganaron el galardón portugués "Direitos Humanos & Integração", entre 2006 y 2014. El objetivo es indagar cuáles son las motivaciones de los periodistas para el uso del periodismo literario, utilizando para eso metodología cualitativa. Llegamos a la conclusión que temas y género son mutuamente benéficos y que esto tiene cualidades importantes para el futuro del periodismo.

Palabras clave: periodismo literario, galardones periodísticos, derechos humanos, integración, Portugal.

Citação:

Trindade, A. & Inácio, R. (2017). Jornalismo literário, direitos humanos e integração: um caso português. *Cuadernos.info*, (40), 235-249. <https://doi.org/10.7764/cdi.40.814>

INTRODUÇÃO

O jornalismo literário pesquisa, organiza e relata histórias reais, detalhadas e envolventes que cativem o público para assuntos que são considerados pelo autor como relevantes para o conhecimento público, merecedores de serem discutidos e interpretados, tendo, por isso, uma função societária. Este é o ponto de partida epistemológico do presente artigo, que se propõe escrutinar como este género pode atrair leitores, colocando na agenda mediática as temáticas dos direitos humanos e integração. A pesquisa será feita através da análise do Prémio de Jornalismo português “Direitos Humanos & Integração”, na categoria de imprensa escrita, atribuídos a artigos escritos entre 2006 e 2014. 2007¹ marca o início da atribuição deste Prémio, na categoria de Imprensa Escrita, uma iniciativa conjunta da Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Gabinete para os Meios de Comunicação Social, organismo extinto em Fevereiro de 2015. Assim, o último prémio analisado por este artigo foi o de 2014, ainda que a sua atribuição prossiga, em moldes ligeiramente diferentes, até ao momento atual através da cooperação da entidade nacional da UNESCO com outros organismos oficiais portugueses. A designação do prémio não se manteve inalterada ao longo do tempo, sendo as diferentes designações referidas adiante neste artigo. Contudo, o objectivo pretendido, o de chamada de atenção de jornalistas, meios e público para as questões de direitos humanos e integração mantiveram-se inalteradas, sendo considerado assim adequado considerá-lo como uma distinção única para efeitos deste estudo.

Baseado em autores como Connery, 1992; Sims & Kramer, 1995; Chaparro, 1999; Hartsock, 2000; Trindade, 2006 e Santos, 2007, recorre-se a um chão teórico que fundamenta este género, o tipifica e consagra. Em termos de pesquisa aplicada, o grande objetivo é inquirir quais as principais motivações dos jornalistas que os levam a usar o jornalismo literário no tratamento dos temas referidos. Para este efeito, serão utilizadas duas técnicas de recolha e análise de dados qualitativos, a saber: a análise de conteúdo nas reportagens vencedoras, e entrevistas semi-estruturadas à entidade promotora do prémio e a seis dos jornalistas distinguidos, Maria do Céu Neves, Sandra Nobre, Ricardo Rodrigues, Sara Sá, Paulo Moura e Isabel Nery.

É notório que os prémios de jornalismo contribuem não só para o reconhecimento interpares dos profissionais mas também para a maior visibilidade dos assuntos presentes nos trabalhos distinguidos: “Using awards as

an indicator implies that quality is defined relative to the craft norm.” (Rolland, 2006, p. 951). Assim, o prémio em análise incita à inclusão das questões dos direitos humanos e da integração social na agenda pública e mediática, enquanto contribui para a consolidação da própria mestria na escrita desenvolvida pela classe.

O artigo surge em cinco partes: a primeira, contendo o marco teórico que, iniciado no século XIX e até aos dias de hoje, constrói esta área do jornalismo. Segue-se nota metodológica com a apresentação das técnicas de recolha de dados utilizadas, análise de conteúdo das peças jornalísticas e de entrevistas. Em sequência surge a análise dos dados obtidos e respetiva discussão. Por fim, são apresentadas as considerações finais, que abrem diferentes portas de investigação futura, em especial no momento atual de desenvolvimento formal do jornalismo literário e de abordagem mediática dos temas direitos humanos e integração.

MARCO TEÓRICO

FORMA E CONTEÚDO: JORNALISMO LITERÁRIO E TEMÁTICAS

É difícil precisar o exato momento histórico em que surgem os primeiros exemplos de jornalismo literário, contudo, atualmente, o género chega-nos com forte referência às décadas de 1960 e 1970, nos Estados Unidos da América, com nomes como Truman Capote, Tom Wolfe, Gay Talese, Hunter S. Thompson e Norman Mailer. Segundo John Pauly (Pauly, 2011), o jornalismo literário nasce da necessidade de interpretar a cultura do final do século XX, distanciando-se das categorias padrão da cobertura de notícias que não se adequavam àquela época, pois não davam resposta a questões como etnicidade, feminismo, ativismo pacífico, rock, drogas, libertação sexual, entre outras.

Contudo, já no século XIX, Matthew Arnold referia um “feather-brained [journalism]”, implicando artigos de W.T. Stead, na *Pall Mall Gazette*, anteriormente representativa da linha editorial de Arnold (*Old Journalism*), tal como Arnold defende no artigo “Up to Easter”, publicado em *The Nineteenth Century* (Arnold, 1887). Esses escritos, segundo este autor, revelam-se audazes mas mal fundamentados, refletindo um jornalismo de cruzada, trazendo à agenda as questões relativas ao *underdog*, neste caso as questões referentes à Irlanda. Do outro lado do Atlântico, jornalistas como Abraham Cahan, Lincoln Steffens, Ida Tarbell ou Jacob Riis, escreviam, pela mesma altura, jornalismo em todo idêntico: pesquisado em profundidade, detalhado em

descrição e diálogo (como Wolfe vai depois tipificar o seu *New Journalism* (Wolfe & Johnson, 1973), e fazendo o aggiornamento dos temas considerados como merecedores de tratamento jornalístico.

O jornalismo literário envolve então o reconhecimento, por parte dos editores, jornalistas e leitores, do interesse do tratamento jornalístico de novas realidades, frequentemente afastadas do núcleo de interesses do momento, indo ao encontro do interesse das sociedades pela interpretação de aspetos das culturas suas contemporâneas. Os movimentos jornalísticos americanos e ingleses surgem, particularmente, para dar voz à diferença cultural, pelo que grupos minoritários que haviam recebido pouca ou nenhuma atenção por parte da imprensa, passaram a ser tema e gerar visibilidade e interpretação jornalística. Assim, na ótica traduzida no capítulo “Ethnographic Journalism” (Cramer & McDevitt, 2004) o jornalismo literário tem, como potencial, revelar uma ampla gama de realidades e pontos de vista sociais, sobretudo daqueles que são marginalizados, ou até mesmo invisíveis, para a sociedade. Nas palavras do autor Manuel Chaparro (1999):

Na cultura jornalística, o termo atualidade tem a complexidade da própria vida. É de vida que se trata, e de todos os seus conflitos e contradições, quando, nos conteúdos jornalísticos, se fala dos acontecimentos significativos para as pessoas, isto é, dos fatos e atas, das falas e revelações imediata ou potencialmente desorganizativos ou reorganizativos, por seus efeitos imediatos na realidade vivida pelas pessoas. Enquanto atributo de definição do jornalismo, a atualidade tem, além da dimensão temporal, a dimensão da transformação. Os acontecimentos sem essa característica, que nada transformam, não interessam ao jornalismo, porque não interessam ao mundo. (p. 297)

Os ‘acontecimentos significativos para as pessoas’ e a ‘dimensão de transformação’ do jornalismo conjugam-se, de forma particularmente frutífera neste género jornalístico. Com sucesso comercial reconhecido e praticado em países distantes e distintos (v. os dois volumes *Global Literary Journalism*, editados por Keeble e Tulloch, em 2012 e 2014, ou o trabalho bem sucedido da associação internacional, fundada em 2006, *International Association for Literary Journalism Studies*), foi adotando diversas designações como escrita de não-ficção, jornalismo narrativo (Hartsock, 2000) “*New Journalism*” (Wolfe & Johnson, 1973) e, mais recentemente, “*New New Journalism*” pela mão de Robert Boynton (2005) que dá esta designação à fase de desenvolvimento do jornalismo literário atual,

considerando-o rigorosamente relatado, psicologicamente astuto, sociologicamente sofisticado e politicamente consciente.

Essencialmente, o jornalismo literário caracteriza-se pela descrição rica dos espaços e das personagens, a atenção ao pormenor, a incorporação de diálogos, a emotividade e a subjetividade, na medida em que o jornalista, por vezes, interpreta os fatos que narra (Gillespie, 2012). Esta vertente de jornalismo assemelha-se a muitas outras áreas como a reportagem em profundidade ou até mesmo a etnografia. O autor referido reflete sobre a possível colaboração entre o jornalismo literário e a etnografia, visto que, embora constituam diferentes formas de pesquisa, têm muito em comum (Pauly, 2011): como a etnografia, também o jornalismo literário faz uso da observação direta e participante de modo a descrever e compreender a vida social a partir da perspetiva dos indivíduos que nela participam.

O PAPEL DO JORNALISMO LITERÁRIO NA VIDA PÚBLICA

Relativamente ao papel que o jornalismo literário desempenha na vida pública, John Pauly (2011) acredita que nele é vertido um modelo de negociação de criação da realidade pública, de cada dia, que pode voltar amanhã para contar mais. O autor dá a conhecer os pontos de vista de outros autores como James Carey (Pauly, 2011, p. 75), que descreve o jornalismo, convencional e literário, como uma forma imaginativa através da qual cada democracia fala consigo mesma sobre si própria, ou seja, considera o jornalismo enquanto atividade reflexiva e de auto-avaliação da sociedade em geral, dos estados e das elites.

Por sua vez, Norman Sims e Mark Kramer na sua obra de 1995, *Literary Journalism. A New Collection of the Best American Nonfiction*, elogiam a voz libertadora do jornalismo literário que encontra a verdade nos detalhes da vida real, no quotidiano, sem se deixar ofuscar pelos diferentes países, empresas, burocracias e especialistas. Porém, Pauly discorda, pois apesar de defender que este género jornalístico aspira a tais fins sociais e de compreensão abrangente, todavia acredita que este ainda não encontrou uma maneira inteiramente satisfatória de o fazer ao pretender manter-se numa posição apartada e de visão privilegiada mas individual, “standing at the edge of society’s institutions” (Pauly, 2011, p. 75).

O jornalismo literário, e também o convencional, acredita no poder das histórias – no chamado *Storytelling* e no traço de veracidade factual das notícias as

tornar mais apelativas. Os defensores deste género de jornalismo argumentam que este possibilita que a experiência humana seja revelada de forma mais cativante e convincente, e que leva à ação dos leitores. O seu principal objetivo é, então, incentivar o maior interesse e participação do público nos assuntos noticiados (Gillespie, 2012). Em suma, o jornalismo literário permitirá, em alguns casos, uma maior ligação com o leitor do que o jornalismo convencional, podendo desempenhar um papel relevante na vida pública ao construir histórias à volta de personalidades individuais, conferindo maior humanização à informação e acrescentando elementos que excedem o conhecimento de notícias, por exemplo, estruturando e comunicando pela escrita valores culturais simbólicos em transição, como o de identidade, referido por Alice Trindade acerca do jornalista cabo-verdiano do início do século XX Pedro Cardoso (Trindade, 2012), ou do actual jornalista angolano Luís Fernando (Trindade, 2016).

Para além disso, o jornalismo literário declara a compreensão intercultural e o progresso humano nas suas metas mais elevadas (Berning, 2011), sendo o conhecimento e o entendimento das diferentes culturas um dos seus principais objetivos (Morton, 2014). Com a globalização, que conduziu à livre-circulação dos indivíduos, a multiculturalidade é uma realidade cada vez mais presente. Representar culturas diferentes da sua revela-se uma tarefa bastante árdua e complexa para os jornalistas. A questão que se coloca é: como refletir com precisão uma sociedade que não é a sua? Há que ter em conta que o contexto cultural afeta o significado dos factos (Morton, 2014).

Esta autora defende que existe diferença entre o conhecer e o representar até porque o conhecer bem assume aspetos epistemológicos e de ética necessários para a representação fidedigna dos factos:

Knowing well is, then, a matter of moral significance, not because cognitive processes are moral or immoral in themselves, but because actions borne out of epistemological practices are subject to ethical judgment. Crucially, while 'representing well' relies on 'knowing well' in literary journalism, sound epistemic justification does not always translate into defensible representation practices. (Morton, 2014, p. 775)

Por vezes, a profundidade do conhecimento factual e a percetividade face a outras culturas por parte dos jornalistas é limitada, o que dá origem a equívocos e perpetua o conhecimento impreciso dos leitores dos textos sobre aspetos culturais diversos. Reconhecer que os factos recolhidos, em circunstâncias culturalmente

específicas, assumem significados diversos, conduz ao aumento da integridade do conhecimento, à verdade e à representação ética.

EMOÇÃO VS. OBJETIVIDADE NO JORNALISMO LITERÁRIO

O jornalismo literário descreve, frequentemente, os sentimentos e as emoções dos indivíduos, sendo por isso considerado mais subjetivo. Consequentemente, daí surge a sua maior crítica: a falta de objetividade. Por exemplo, Kevin Helliker (2013) publicou no *Wall Street Journal* um artigo com novas provas de que *In Cold Blood* não é imaculadamente factual como afirmava Capote, pois, ao que parece, houve uma troca de favores entre o repórter e o detetive que conduziu a investigação – criando Capote uma imagem mais favorável do trabalho do detetive para conseguir a sua colaboração. Idêntica referência é feita por Sara Coelho (2014) no artigo do jornal português *Observador* comemorativo dos 55 anos de publicação da obra.

A objetividade é um ideal do jornalismo, um mecanismo de sobrevivência e defesa contra os riscos da profissão, como o são as exigências impostas pelos *deadlines*, processos de difamação, e pelos diretores e editores dos órgãos de comunicação, sendo que uma das formas de assegurar a objetividade no jornalismo literário é a utilização das citações das fontes (Wahl-Jorgensen, 2013). Os jornalistas estão autorizados a descrever as emoções dos indivíduos que abordam. No entanto, as citações servem de elemento de prova para a verificação dos factos. Karin Wahl-Jorgensen, no seu artigo de 2013, recorre ao princípio enunciado por Gaye Tuchman décadas antes, em 1972: "To journalists, like social scientists, the term "objectivity" stands as a bulwark between themselves and critics" (Tuchman, 1972, p. 660). Os jornalistas garantem a sua objetividade removendo-se da participação na história. Ou seja: enquanto jornalista literário, o autor distancia-se das suas próprias emoções, mas revelando as experienciadas pelos indivíduos retratados que lhe podem suscitar interpretação, sempre apresentada dessa forma. Como Tuchman referia, a utilização de convenções formais (a utilização de aspas, por exemplo), ou de conteúdo, referentes a convenções sociais aceites pela comunidade do público, consolida a noção de objetividade daquela comunidade.

As práticas objetivas da informação passam pela fidelidade a princípios de verdade, justiça e imparcialidade. Ora estes são entendidos como requisitos mínimos de qualquer trabalho jornalístico pelo que

não constituem critérios explícitos para a atribuição de prémios jornalísticos. Karin Wahl-Jorgensen (2013) revela que, no caso do prémio Pulitzer, que atualmente conta com 14 categorias na área do jornalismo entre as quais a categoria do jornalismo literário e, no que respeita à literatura, a categoria da não-ficção, são valorizados o detalhe, o realismo do diálogo, a reconstrução dos acontecimentos, o monólogo interior e a utilização de vários narradores, entre outros.

PRÉMIO 'DIREITOS HUMANOS & INTEGRAÇÃO'

Antes de mais, importa conhecer as entidades promotoras do prémio em análise em Portugal, a Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e, especialmente, o Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS). O GMCS era, até 6 de fevereiro de 2015, o serviço central da administração direta do Estado cuja missão era apoiar o Governo na conceção, execução e avaliação das políticas públicas de comunicação social, tendo em vista a qualificação do sector assim como a defesa da liberdade de expressão, do pluralismo e da diversidade, entre outros direitos fundamentais. Assim, as suas competências compreendiam: a participação e execução da política externa nacional para o sector, nomeadamente no tocante à colaboração com os países lusófonos; a aplicação e fiscalização do sistema de incentivos do Estado para a comunicação social; a gestão e disponibilização de acervos documentais sobre o sector e, finalmente, a administração e organização de eventos culturais do Palácio da Foz, sede do organismo. Todavia, o GMCS foi extinto e as suas competências transferidas para a Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e para Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (diploma legal do Governo de Portugal, DL n.º 24/2015, de 06 de Fevereiro).

Foi obtida informação sobre a evolução do prémio² junto dos entrevistados Sérgio Gomes da Silva, Diretor de Serviços de Assessoria, Conceção e Avaliação e Alexandra Lorena, Técnica do GMCS. O Prémio 'Direitos Humanos & Integração', com esta designação, foi atribuído, anualmente, entre 2008 e 2014, e destinava-se a reconhecer e a premiar os melhores trabalhos jornalísticos sobre direitos humanos e integração social, publicados ou difundidos nos órgãos de comunicação social portugueses. Foi precedido por outro prémio análogo, sem categorias discriminadas, intitulado 'Prémio Direitos Humanos, Tolerância e Luta contra a Discriminação

na Comunicação Social'. Este prémio apresentou categorias distintas, inclusivamente de imprensa escrita a partir de 2007 e, a partir do ano de 2008, passou a ter a designação que perdurou até 2014. Resulta da conjugação desta evolução no Prémio, o número de oito artigos constituintes do corpus deste artigo. Registou, ao longo da sua existência, uma evolução positiva no número de candidaturas ao prémio nas várias categorias, exceto na rádio cujas inscrições diminuíram como explicou a entrevistada Alexandra Lorena. No ano de 2014, houve um total de 80 candidaturas ao prémio, o que para a dimensão do país constitui um bom número (dados fornecidos por Sérgio Gomes da Silva). A categoria que recebeu mais candidaturas e que tem maior influência junto da audiência, de acordo com os entrevistados, é a de 'Meios Audiovisuais'.

O júri manteve o mesmo Presidente, o Professor Guilherme d'Oliveira Martins, uma figura incontestado do panorama público e cultural português e dois outros membros que variaram ao longo dos anos, sendo que a escolha recaiu sempre em jurados que pertencessem a duas classes: um académico e um profissional dos media. No decurso do seu trabalho, os jurados recomendaram que se passasse a atribuir o prémio segundo categorias distintas pois sentiam dificuldades em comparar e avaliar trabalhos difundidos nos diferentes meios, visto que, por exemplo, a imagem é mais poderosa do que o texto. A laureada Maria do Céu Neves concordou na sua entrevista que os prémios de jornalismo tenham categorias – “importante é que eles [os vários prémios de jornalismo] continuem a distinguir os vários tipos de imprensa porque senão depois fica diluído e, normalmente, se formos a ver os grandes prémios são muito da televisão, de facto”. Ainda por uma questão de equidade, a organização do prémio decidiu acrescentar uma quarta categoria, estabelecida em 2013 – ‘Comunicação Social Regional e Local’, de modo a que os meios de comunicação regionais e locais não estivessem em desvantagem em relação aos media nacionais, que têm maior capacidade de produção e difusão da informação.

METODOLOGIA

O PRÉMIO, O GÉNERO JORNALÍSTICO, OS GALARDOADOS, OS TEMAS

O jornalismo literário, por norma, é considerado mais humanista e interpretativo e, consequentemente, mais empenhado e cativante do que o jornalismo convencional. Através do Prémio de Jornalismo “Direitos

Humanos & Integração” apreende-se que os jornalistas vencedores optaram por utilizar o jornalismo literário para mergulhar nos temas direitos humanos e integração social. Propomos que a utilização do género jornalismo literário se destina a cativar os leitores para as temáticas dos direitos humanos e integração. O género jornalístico usado será assim, simultaneamente, instrumento formal e temático, usando as características jornalísticas próprias com objetivos específicos. Questiona-se então a forma como esta vertente de jornalismo ajuda a debater estas temáticas e a atrair a atenção dos leitores para as mesmas.

Selecionou-se para análise a categoria de imprensa escrita por ser onde se denota, de forma mais expressiva, o jornalismo literário e de modo a restringir o estudo. Como em 2006 não houve vencedor na categoria, será analisado um total de oito artigos entre 2007 e 2014.

Deste modo, o objetivo geral consiste em compreender o que motiva os vencedores do prémio a usar o jornalismo literário para cativar os leitores para temas relativos aos direitos humanos e à integração. O estudo destinou-se ainda a analisar os seguintes objetivos específicos: Inventariar os principais autores, atores e temáticas das reportagens vencedoras – ou seja, identificar os jornalistas literários galardoados por este prémio português e entender quais os grupos sociais e os temas tratados no âmbito das questões de direitos humanos e integração; Identificar quais as características do jornalismo literário presentes nos trabalhos premiados – com o intuito de exemplificar as particularidades desta corrente jornalística, de forma a ajudar à sua compreensão; Apurar as principais razões que levam os jornalistas vencedores do Prémio “Direitos Humanos e Integração”, na categoria de imprensa escrita, a abordar estes temas – a fim de entender quais os valores-notícia presentes nesta escolha e a sua importância, em termos de interesse público.

Para tal, o estudo serviu-se de duas técnicas qualitativas de recolha de informação: a análise do conteúdo e a entrevista. As entrevistas foram feitas a seis dos sete jornalistas premiados, de forma a apurar o que os motiva a tratar temas relacionados com os direitos humanos e integração, e a recorrer ao jornalismo literário para cativar os leitores. A única premiada não entrevistada, Susana Moreira Marques, é uma jornalista freelancer, com um volume de jornalismo literário publicado, *Agora e na Hora da nossa Morte*. O seu contacto foi impossível em tempo útil, mas refere-se a entrevista dada ao *Jornal Público*, na edição de 30 de Janeiro de 2013, e disponível *online* (Pinto, 2013). Foram ainda entrevistados dois

dos membros do Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS) – o Diretor de Serviços de Assessoria, Concepção e Avaliação, Sérgio Gomes da Silva, e a técnica Alexandra Lorena – para aceder a informações gerais sobre o prémio como a sua origem e o seu principal objetivo. As entrevistas são de tipo semi-estruturado, e tiveram lugar em Lisboa, nas seguintes datas: Isabel Nery – 31 de Março (via e-mail); Sandra Nobre – 23 de Março; Paulo Moura – 17 de Abril; Ricardo Rodrigues – 23 de Abril; Sara Sá – 29 de Abril (via e-mail); Maria do Céu Neves – 4 de Maio todas em 2015, e presencialmente, exceto as indicadas com obtenção de respostas por correio electrónico.

RESULTADOS

A IMPORTÂNCIA DO TRATAMENTO NOTICIOSO DOS DIREITOS HUMANOS E DA INTEGRAÇÃO SOCIAL

A maioria dos premiados dedica-se à área dos direitos humanos e da integração por considerar ser “obrigação do jornalismo (...) testemunhar, denunciar e controlar os poderes” (Ricardo Rodrigues) neste caso, denunciar o incumprimento dos direitos humanos e/ou a exclusão social, e também por ser missão do jornalismo “dar visibilidade aos sem poder” (Isabel Nery). A segunda razão que conduz os jornalistas a estes temas é o interesse e identificação que sentem para com os mesmos. Como Paulo Moura refere:

aquilo que acontece ao ser humano é como se acontecesse connosco (...) há um sentido de justiça normal nas pessoas”, ou seja, são assuntos que tocam a todos pelo que os jornalistas e o próprio público, enquanto seres humanos, não conseguem ficar indiferentes a situações mais sensíveis que podiam perfeitamente acontecer consigo, como a reportagem premiada de 2008 “Portugueses alimentam nova escravatura da Europa”, que mostra que as condições de trabalho prometidas, em ofertas de emprego no estrangeiro, nem sempre são reais. O GMCS concorda com a importância do tratamento noticioso dos direitos humanos e da integração social, daí a criação do prémio, pois “a agenda pública é, em grande medida, a agenda mediática (...) a Comunicação Social ao tratar estes temas está a sinalizar a sua importância para a sociedade. Hoje em dia, “o que não se passa na Comunicação Social, não existe. (Sérgio Gomes da Silva).

Os jornalistas também referem o facto de estes temas serem esquecidos pela agenda mediática do dia, face ao imediatismo e à crescente rapidez de difusão das notícias. Ricardo Rodrigues, distinguido em 2010, considera que o jornalismo atual está muito ligado à “ordinary

life of extraordinary people”, portanto aos pormenores de vida das figuras públicas, ao invés da “*extraordinary life of ordinary people*” que é o que realmente importa: histórias de vida marcantes de pessoas comuns. Desta forma, o jornalista do *DN* tem a preocupação de tratar temas que escondem chagas sociais, isto é, que estão à vista de todos sem serem notícia, como a questão de existirem muitos portugueses, pertencentes à classe média, com formação e emprego, mas que recebem ordenados muito baixos, que passam fome – reportagem “Pobres como nós”, com a qual venceu o prémio.

Além da questão da procura de inclusão da temática em agenda mediática referida por Sérgio Gomes da Silva, a dedicação de alguns jornalistas a estes temas deve-se também a fatores directamente relacionados com a sua formação, frequentemente na área das Ciências Sociais, como é o caso da vencedora dos prémios em 2007 e 2008, Maria do Céu Neves, cuja licenciatura em Sociologia a fez refletir sobre estas questões. Outros autores não os escolhem por motivo relacionado com a sua formação académica, mas para aí conduzem a investigação e a escrita do artigo. Por exemplo, no caso de Sara Sá, premiada em 2011, a questão médica associada à mudança de sexo iniciou o processo de pesquisa mas, ao longo da reportagem, a jornalista apercebeu-se de que, mais do que questão médica, aquela era uma história sobre integração social.

Desta forma, os profissionais distinguidos apontam como valores-notícia utilizados para o tratamento noticioso das temáticas dos direitos humanos e da integração social, a atualidade, relevância e interesse humano. Ricardo Rodrigues previne que as questões relacionadas com os direitos humanos e a integração social são mais estruturais, permanentes, do que atuais. O critério da proximidade também é referido mas, por exemplo, Paulo Moura realizou uma grande reportagem na China e acredita que mesmo os acontecimentos mais distantes têm importância e influência, ainda que indireta, em Portugal. O jornalista do *Público* utiliza como caso ilustrativo deste seu argumento a EDP e a *China Three Gorges*, a empresa estatal de eletricidade da China, com participação na portuguesa. Um dos tópicos tratados por Paulo Moura, na coleção de reportagens premiada, foi a barragem *Three Gorges*, a maior barragem do mundo e um dos maiores problemas ecológicos chineses. Acontece que a *China Three Gorges* é a maior acionista da EDP, ou seja, quando os portugueses pagam a sua eletricidade estão a contribuir, indiretamente, para a empresa que gera essa catástrofe ambiental.

A generalidade dos premiados apenas refere o que os motiva a abordar os temas mas não aponta valores-notícia concretos, até porque os consideram bastante subjetivos. Para além disso, os critérios de noticiabilidade vão-se alterando e dependem da linha editorial definida pelo órgão de comunicação social (Maria do Céu Neves).

Quando questionados sobre o que os levou a concorrer ao prémio, todos os inquiridos apontam as mesmas razões: para que o seu trabalho seja valorizado e reconhecido, junto do público e também pelos pares, até porque como Sandra Nobre atenta “o nosso trabalho é muito efémero”. No fundo, é a forma que encontram para dar visibilidade ao seu trabalho e aos próprios temas, que consideram importantes e pouco abordados. Paulo Moura refere ainda o facto de existirem, atualmente, poucos incentivos dados aos jornalistas, devido à crise da imprensa, sendo os prémios de jornalismo dos poucos incentivos existentes.

AS REPORTAGENS VENCEDORAS DO PRÉMIO

A análise do prémio ‘Direitos Humanos & Integração Social’, na categoria de imprensa escrita, permitiu aferir alguns aspetos pertinentes. Ao longo das diferentes edições é de notar que existem mais mulheres a receber o prémio (75%) do que homens, e que os jornalistas premiados trabalham para jornais ou revistas de referência em Portugal, nomeadamente, para o *DN*, o *Público* e a *Visão*. O *DN* é o órgão de comunicação que mais acolhe as reportagens distinguidas, sendo que o único premiado a alcançar a distinção por duas vezes consecutivas foi a jornalista Maria do Céu Neves, que trabalha neste jornal. As suas peças premiadas abordam a temática da imigração, uma vez que a jornalista se dedica especialmente ao assunto. As secções noticiosas que acolhem os artigos distinguidos, e outros trabalhos sobre direitos humanos e integração social, são a secção ‘Sociedade’ e a ‘Grande Reportagem’, dado constituírem notícias de maior dimensão, como as reportagens vencedoras que variam entre as quatro e as 34 páginas.

Os direitos humanos e a integração social são conceitos bastante vastos e, como tal, importa compreender quais as matérias específicas que os integram e que recolhem atenção por parte dos *media*. Os trabalhos distinguidos pelo prémio em análise tratam essencialmente da violação dos direitos humanos e de minorias que sofrem de exclusão social. Estando os artigos numerados na figura acima, os diversos textos serão identificados, a partir de agora, pelo número que lhes foi atribuído. O assunto mais destacado é a migração, com

Ano	Autor	Publicação	Secção	Nº Pags.	Número artigo
2007	Maria do Céu Neves	<i>Diário de Notícias</i> 18, 19, 20, 21, 22, 23 Novembro 2006	Sociedade	6	1
2008	Maria do Céu Neves	<i>Diário de Notícias</i> 10 de Junho 2007	Grande Reportagem	4	2
2009	Sandra Nobre	<i>Jornal SOL</i> 29 Novembro 2008	Revista <i>Tabu</i> Grande Reportagem	5	3
2010	Ricardo Rodrigues	<i>JN/DN</i> 29 Novembro 2009	Notícias Magazine Grande Reportagem	4	4
2011	Sara Sá	<i>Visão</i> 17 Junho 2010	Sociedade	9	5
2012	Susana Moreira Marques	<i>Público</i> 16 Maio 2011	P2	16	6
2013	Paulo Moura	<i>Público</i> 4 Novembro 2012	Especial	34	7
2014	Isabel Nery	<i>Visão</i> 25 Abril 2013	Sociedade	7	8

Tabula 1: Dados gerais das reportagens vencedoras

Fonte: *Elaboração própria.*

três reportagens (1, 2 e 6) seguido de conteúdos referentes à integração dos indivíduos portadores de deficiência, transexuais e ex-reclusos (3, 5 e 8). Depois, existem também uma peça noticiosa sobre a pobreza (4) e outra alusiva a questões sociais e ambientais da China (7).

A integração social tem em vista aqueles que são reconhecidos como os dois principais direitos do Homem, que são a liberdade e a igualdade, presentes na Declaração Universal dos Direitos do Homem nos artigos: 1.º “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”, 2.º “Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, (...) ou de qualquer outra situação” e 7.º “Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação (...)”. Assim, no conjunto de trabalhos premiados encontra-se uma peça sobre uma companhia de dança que inclui bailarinos com limitações físicas e mentais, contribuindo para a sua integração na sociedade (3); uma reportagem que dá conta do processo médico de mudança de sexo, exigente e prolongado, com testemunhos de transexuais (5) e, por fim, um trabalho que trata a dificuldade de reinserção dos ex-reclusos na sociedade e a carência de programas que ajudem nesse aspeto (8). Essencialmente,

estas três peças dão a conhecer pessoas portadoras de deficiência, transexuais e ex-reclusos tendo em vista o combate ao preconceito sobre elas existente, e alertando para o que está a ser feito para a sua integração social e o que falta fazer.

Outro direito estabelecido pela Declaração é a livre circulação - artigo 13.º “1. Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado”. Assim, dois dos trabalhos distinguidos são sobre a comunidade imigrante em Portugal e outro sobre os emigrantes na Holanda. Tanto a jornalista Susana Moreira Marques como Maria do Céu Neves apresentam as principais nacionalidades imigrantes residentes nos países, os estereótipos que sofrem e as dificuldades com que se deparam em termos de integração no país de acolhimento (1, 2, 6).

No seu segundo trabalho premiado, Maria do Céu Neves trata sobretudo das questões relacionadas com a mão-de-obra emigrante portuguesa, nomeadamente, com a violação de inúmeros direitos humanos relacionados com o trabalho, decretados na Declaração Universal dos Direitos do Homem. O título da reportagem ‘Portugueses alimentam nova escravatura na Europa’ apresenta, de imediato, a infração ao artigo 4.º

“Ninguém será mantido em escravatura ou em servidão; a escravatura e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos”, ideia que a jornalista reforça logo no início do primeiro parágrafo “Os portugueses e os polacos são os novos escravos da Holanda. Há também turcos, mas estes protegem-se mais. A classificação só pode parecer excessiva a quem não viveu nas condições destes emigrantes” (2). A jornalista dá conta da dureza do trabalho temporário na Holanda, “mais de dez horas em pé num espaço de 50 cm de uma fábrica, e de madrugada numa estufa com um calor insuportável” e da privação de proteção contra acidentes de trabalho pois no caso de um emigrante português que fez um corte sério numa estufa, a empresa não o levou ao hospital e não lhe pagou o tratamento. Esta situação é contrária ao artigo 23.º “1. Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho (...)”. Adicionalmente, os emigrantes recebem salários muito baixos, no país de acolhimento, e chegam até a passar fome, o que desrespeita o ponto 3. do mesmo artigo “Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana (...)”. Por fim, também o artigo

24.º “Toda a pessoa tem direito (...) a uma limitação razoável da duração do trabalho” não se verifica visto que, no caso investigado pela jornalista do DN, os trabalhadores não podiam descansar nem ir à casa de banho fora das pausas e tinham de estar disponíveis 24 horas por dia, inclusive ao fim-de-semana.

Estes indivíduos assinaram contratos de trabalho em outras línguas, sem saberem quais as condições asseguradas: “somos como os touros que vão para os matadouros (...) não sabem para o que vão. Nós também não”, explica um dos emigrantes (3). O desconhecimento, a falta de meios financeiros e o isolamento propiciam todas as violações de direitos patentes.

Já a reportagem sobre a fome (5) relaciona-se com a violação do princípio “1. Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação...” (Artigo 25.º), quando o entrevistado Ricardo Rodrigues refere que o Governo parou de ceder leite aos recém-nascidos de famílias carenciadas. Finalmente, o trabalho de investigação sobre a China (7) com “todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (Artigo 3.º) e “ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes” (Artigo 5.º).

Ano	Autor	Publicação	Secção
2007	Maria do Céu Neves	Guineenses Abandonados pelo País. Vida de Imigrante	Problemas de imigrantes: doença, residência, estatuto de refugiado, violência doméstica e tráfico humano e indocumentados
2008	Maria do Céu Neves	Portugueses alimentam nova escravatura na Europa	Portugueses que emigram, cujas condições de trabalho prometidas, não se cumprem no destino
2009	Sandra Nobre	Corpos Imperfeitos	Companhia de dança que integra bailarinos com limitações, físicas e mentais
2010	Ricardo Rodrigues	Pobres como nós	Portugueses formados, empregados e da classe média que passam fome
2011	Sara Sá	O meu corpo não é o meu sexo	O processo de mudança de sexo, transexualidade
2012	Susana Moreira Marques	Os Novos Portugueses	A vida das diferentes nacionalidades de imigrantes em Portugal
2013	Paulo Moura	A revolução virá do campo	Problemas actuais da China (desigualdade social, ambiente, etc.) e o seu contexto histórico
2014	Isabel Nery	O caminho para a liberdade	A reinserção dos reclusos após saída da prisão – o caso das presidiárias mães

Tabula 2: Temáticas abordadas nas reportagens vencedoras

Fonte: Elaboração própria.

A UTILIZAÇÃO DO JORNALISMO LITERÁRIO NAS REPORTAGENS VENCEDORAS

O jornalismo literário é um “nicho especial do jornalismo” (Trindade, *News that Last. Quatro momentos de Jornalismo Literário Americano* [News that Last. Four Moments of American Literary Journalism], 2006, p. 14) que transpõe técnicas e procedimentos da narrativa literária para a redação de notícias, esbatendo as barreiras entre o Jornalismo e a Literatura. Todos os entrevistados partilham a opinião de que o jornalismo literário pode ser a solução para a atual crise jornalística, que afeta sobretudo a imprensa. Hoje em dia, qualquer indivíduo transmite informação, através da Internet e das redes sociais, pelo que a distinção entre o indivíduo comum e o jornalista, ou um meio de comunicação e outro, será feita pela capacidade de seleção da informação que realmente importa e de noticiar o facto de forma original, utilizando uma escrita atraente que prenda a atenção do leitor (Paulo Moura). Por exemplo, a reportagem distinguida em 2009 trata o tema da deficiência de um novo ângulo visto que a jornalista *freelancer* Sandra Nobre acompanha a companhia “Dançando pela Diferença”, na qual os bailarinos com limitações estão sujeitos à mesma exigência que os restantes bailarinos. O coreógrafo Henrique Amoedo faz questão de não os tratar como diferentes, porque está a prepará-los para o mundo em redor e para a crueldade existente.

A crise da imprensa traduz-se, entre outros aspetos, na diminuição de recursos humanos e materiais, ou seja, não existem meios suficientes para investigar e mergulhar nos temas, havendo cada vez mais a necessidade de cumprir tarefas múltiplas, por exemplo trabalhar na versão imprensa e *online* do órgão de comunicação, como referiu Maria do Céu Neves. Desta forma, desesperados por obter lucro, os jornais começaram a dedicar-se às “*soft news*”, ou seja, notícias curtas e imediatas, de entretenimento, em detrimento de reportagens mais extensas sobre temas complexos, que exigem maior disponibilidade e investimento. Porém, como refere Paulo Moura, nos jornais *online* verifica-se que são os textos mais longos que acolhem maior *feedback*, o que veio provar que os indivíduos estão dispostos a ler textos densos desde que sejam bem escritos e apelativos. Os premiados acreditam assim que a salvação do jornalismo reside em transmitir a informação contando boas histórias, através de géneros de jornalismo, como o literário, capaz de despertar a emoção no leitor, transmitindo a mensagem de forma mais eficaz (entrevistados Sandra Nobre, Ricardo Rodrigues e Sara Sá).

Essencialmente, os aspetos mencionados pelos jornalistas vencedores do prémio como sendo características intrínsecas do jornalismo literário foram: a profundidade, ou seja, maior investigação no terreno, observar diretamente e vivenciar os acontecimentos de forma a fazer um retrato fidedigno dos factos; escrita densa e elaborada, o diálogo, recurso a figuras de estilo, maior narrativa de pormenores, entre outros. De forma a aferir as especificidades do jornalismo literário, presentes nos trabalhos premiados, procedeu-se à elaboração de grelhas de análise do conteúdo que permitem evidenciar as suas principais características, nomeadamente, marcas de 1.ª pessoa, utilização de recursos estilísticos e figuras de estilo, e momentos de descrição/caracterização de situações, espaços e personagens. As reportagens distinguidas pelo prémio são, na sua maioria, peças extensas e de investigação pelo que o jornalista torna-se uma das principais personagens, descrevendo os acontecimentos na 1.ª pessoa – narrador participante. Em cinco do total de oito reportagens analisadas, o jornalista utiliza, em discurso direto, elocuições de personagens. As reportagens onde esta situação ocorre com maior frequência são: ‘Portugueses alimentam nova escravatura na Europa’, onde a jornalista assumiu o papel de emigrante, na Holanda; ‘Os Novos Portugueses’ na qual Susana Moreira Marques entrevista indivíduos das principais nacionalidades imigrantes em Portugal e aproxima-se do leitor ao utilizar elocuições como “somos”, “gostamos”, “redescobrimos” e “esperamos”, transportando o leitor para dentro da história e, por fim, a peça ‘A revolução virá do campo’, onde Paulo Moura conta em primeira mão a aventura da sua viagem à China. No trabalho de Ricardo Rodrigues, apesar de o jornalista assumir o papel de narrador não participante, no próprio título e na reflexão final da reportagem encontram-se, em discurso direto, elocuições de personagens que remetem para o jornalista e para o próprio leitor. O jornalista do *DN* explica que a ideia do tema ‘fome’ lhe surgiu quando encontrou um amigo seu, da escola primária, na sopa dos pobres. Ele tinha tirado um curso, trabalhava e ainda assim estava ali sem dinheiro para comer. Assim, a reportagem termina da seguinte forma: “E é então que, no meio da multidão, se descobre uma memória do passado. O tipo com quem jogávamos à bola em miúdos, um colega da escola, um vizinho do lado. Um ser familiar e mudo, que se tornou invisível, que chegou ao fim da linha. E esse é o momento da bofetada. Alguém que conhecemos passa fome. E nem sequer tínhamos reparado”.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Na opinião dos jornalistas distinguidos pelo Prémio “Direitos Humanos & Integração”, na categoria de imprensa escrita, o jornalismo literário pode atrair os leitores para qualquer temática, especialmente para assuntos relativos aos direitos humanos e à integração social que, por constituírem casos mais sensíveis e humanos, exigem “uma abordagem mais complexa, minuciosa e apelativa” (Isabel Nery). Os profissionais revelam-se grandes defensores do género, apontando-lhe apenas vantagens e considerando-o a salvação do jornalismo. Assim, o jornalismo literário pode prender a atenção dos leitores para temas relativos aos direitos humanos e à integração, através da maior investigação no terreno, da utilização de recursos estilísticos e figuras de estilo, de momentos ricos em descrição/caracterização, no fundo o contar uma história. Na referida entrevista em 2013 ao jornal Público, a premiada Susana Moreira Marques tinha acrescentado: “a vontade de “fazer textos que são duradouros e universais” (Pinto, 2013).

Paulo Moura faz uma reflexão sobre as principais diferenças entre a literatura e o jornalismo considerando que na literatura o leitor encontra histórias bem construídas e interessantes, com personagens multidimensionais, que prendem a atenção até ao fim e servem de exercício de reflexão sobre a condição humana. Por sua vez, o jornalismo exhibe uma linguagem simples e básica e não dá a conhecer as personagens em todas as suas dimensões. Em suma, a escrita de ficção é sofisticada e atraente enquanto para a descrição da realidade, no jornalismo, recorre-se a uma escrita menos inteligente e previsível. O jornalista do *Público* discorda com base no pressuposto de que a realidade é mais complexa do que a ficção, pelo que a escrita jornalística também deveria ser mais completa e humana apelando à emoção que, tal como a objetividade, é parte integrante do jornalismo, enquanto descritor da realidade. Se na vida real os indivíduos têm emoções e sentimentos, há que retratá-los (Wahl-Jorgensen, 2013). Isso não significa falta de objetividade pois o jornalista continua a transmitir os factos com rigor, nomeadamente, pode descrever o sentimento que a personagem fez transparecer em determinada situação. Por exemplo, na reportagem ‘O caminho para a liberdade’ encontra-se a seguinte passagem: “virada para o fim do mundo, não consegue evitar as lágrimas” que relata o momento em que Jesufina, ex-reclusa, sai da prisão e vê o mar pela primeira vez há muito tempo. O facto de ela chorar explicita o quanto aquele momento é importante para si, nostálgico e feliz por sentir-se livre.

Quanto à questão da perda de objetividade prevista com a prática do jornalismo literário, os jornalistas distinguidos manifestam a preocupação de se manter fiéis aos factos. O jornalismo literário é escrito como um romance mas não pode inventar realidades (Isabel Nery). Os profissionais mostram-se cientes da importância do rigor da informação para a criação de uma opinião pública esclarecida, um dos principais objetivos do jornalismo (Ricardo Rodrigues), tendo o cuidado de não se envolverem demasiado nos assuntos que abordam. Os vencedores do prémio utilizam, por várias ocasiões, o discurso direto e algumas das reportagens integram entrevistas, como é o caso de ‘Os Novos Portugueses’ e ‘Portugueses alimentam nova escravatura na Europa’. Desta forma, evidencia-se o cuidado dos jornalistas em dar provas dos factos noticiados, como defende (Wahl-Jorgensen, 2013), que vê o uso de citações das fontes como elemento de prova da verificação dos factos, do cumprimento da objetividade jornalística.

Assim como John Pauly (Pauly, 2011), também os profissionais vêm o jornalismo literário como a forma através da qual se noticiam os factos como histórias. Os entrevistados, especialmente Maria do Céu Neves e Ricardo Rodrigues, concordam com Gillespie (2012) a respeito da proximidade do jornalismo literário à etnografia, visto que “o dar cor e a vivência” são fundamentais para atrair o leitor e só são possíveis através do “mergulho profundo no terreno”, ou seja, com uma intensa investigação de campo. A observação direta e participante do jornalista é necessária, e recomendada, para o enriquecimento dos textos jornalísticos – “nós temos que sair, temos que observar para explicar como é que as coisas se passam” (Maria do Céu Neves).

Segundo Cramer e McDevitt (2004), o jornalismo literário veio dar voz às minorias, aos invisíveis, o que responde à missão do jornalismo de “dar visibilidade aos sem poder” (Isabel Nery) e vai de encontro à ideia da “invisibilidade visível” de Ricardo Rodrigues, de que existem certos temas que estão à vista de todos mas que ninguém repara neles, que não recebem atenção por parte da Comunicação Social. O jornalismo literário é utilizado sobretudo na representação das culturas, situação verificada nas reportagens analisadas, até porque os crescentes movimentos migratórios obrigam à maior compreensão das diversas culturas. Esta questão é importante na medida em que, como refere Sandra Nobre, ainda existe muito preconceito: “temos que continuar a insistir nestes temas sociais porque os problemas existem, as pessoas são preconceituosas, não querem ver determinadas realidades”.

Importa referir que, apesar dos jornalistas premiados conhecerem o jornalismo literário, sabendo defini-lo e caracteriza-lo, uma das jornalistas, Maria do Céu Neves, nunca ouvira a expressão que lhe remeteu para algo erudito, oposto ao jornalismo convencional, como a crónica, e acabou por considera-lo sinónimo da reportagem. Também os membros entrevistados do GMCS desconheciam o género. O jornalista do *Público*, Paulo Moura, adverte para o facto de não interessar qual a designação atribuída à técnica mas sim em apostar nela, na técnica escrita enquanto arte.

Os jornalistas premiados trabalham, geralmente, os temas dos direitos humanos e da integração social pelas mais diversas razões (ex. identificação, formação, sentido de dever) porém todos eles, e o próprio GMCS, apontam que os prémios de jornalismo que incidem sobre direitos humanos e integração social constituem fortes impulsionadores ao tratamento noticioso destas temáticas. Isto não significa que os jornalistas trabalhem apenas para os prémios, mas sendo confrontados com distinções alusivas a assuntos sobre direitos humanos e integração existe maior probabilidade de produzirem trabalhos sobre isso porque os prémios recordam-lhes a existência e importância desses temas, não só aos profissionais como ao público em geral.

Os inquiridos declaram ser difícil avaliar os efeitos do seu trabalho, quer nos visados quer na opinião pública – “nunca sabemos o efeito real do nosso trabalho” (Isabel Nery), mas, de um modo geral, os jornalistas acreditam que as reportagens premiadas têm uma função social e alguns resultados. Os efeitos são especialmente difíceis de medir em trabalhos que abordam questões internacionais, como o caso de Paulo Moura com a reportagem sobre a China; Sandra Nobre refere que o meio onde as peças são difundidas tem influência pois, se for na televisão, por exemplo, chega a um maior número de pessoas. No entanto, os jornalistas sabem se o seu trabalho teve muita ou pouca leitura, através das vendas do jornal ou das visualizações na Internet, e dois dos entrevistados informam de efeitos reais do seu trabalho: Ricardo Rodrigues afirma que o debate sobre as dificuldades da classe média e a fome entraram no discurso público, que todos os visados foram de alguma forma auxiliados e que, após a reportagem, o Governo repôs a ajuda do leite materno. Por sua vez, Isabel Nery constatou que a sua peça, sobre a reinserção de ex-reclusos, foi importante para que a protagonista percebesse que tem direitos, e Jesufina conseguiu até legalizar-se.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas considerações finais, será fundamental encarar o corpus estudado, enquanto pertencente a um género jornalístico – o jornalismo literário; enquanto composto por artigos galardoados com um prémio que pretende focar a atenção das audiências para questões prementes do momento actual – direitos humanos e integração; e nas potencialidades de impacto societal deste género do jornalismo em particular.

O jornalismo literário parece ter conquistado um lugar de destaque, sendo objecto de apreciação, traduzida em prémios, e de estudo académico. Este género jornalístico veio humanizar a informação, aproximando-se do leitor por intermédio de uma linguagem mais trabalhada, ainda que objetiva. Obedecendo sempre a princípios de todo o jornalismo, como a fiabilidade dos fatos que reporta, pretende ultrapassar a dimensão do imediatismo e produzir textos que se mantêm notícia, como referido pelos autores da colecção *The Art of Fact*, Kevin Kerrane e Ben Yagoda, que referem que jornalismo literário tem o intuito de “making facts dance” (Kerrane & Yagoda, 1998, p. 17).

Assim, é ideal para a abordagem de qualquer temática, sobretudo de assuntos relativos aos direitos humanos e à integração social, intimamente relacionados com os tópicos da e/imigração. Relembrando os escritos de Manuel Chaparro (1999), por exemplo, apura-se que este género jornalístico tem potencialidades reorganizativas e transformadoras da experiência social dos seus leitores, pois investiga e fundamenta a sua produção, frequentemente acerca de tópicos inexplorados ou minorizados por outros tipos de escrita. A atribuição de prémios incentiva as publicações e os autores ao investimento num género jornalístico que, por um lado não entra na corrida pelo imediatismo e, por isso mesmo, tem um processo de escrita moroso e mais dispendioso.

Foi também possível compreender que os prémios de jornalismo não vêm apenas dar visibilidade ao profissional mas também aos próprios temas, servindo de estímulo ao seu tratamento noticioso. Desta forma, é importante continuar a apostar em iniciativas de mérito. Em Portugal, foram atribuídos prémios jornalísticos sobre direitos humanos nos últimos anos mas, de momento, o destino deste prémio é incerto. Contudo, a continuação do interesse dos jornalistas por um género, que utiliza pesquisa, aborda e divulga assuntos que não estão no topo da agenda mediática e que propicia pensamento sem viés antecipado, poderá augurar caminhos futuros de interesse para o jornalismo que se sente ameaçado no mundo actual.

NOTAS

1. Ver a cronologia de atribuição em: <http://www.gmcs.pt/pt/direitos-humanos-tolerancia-e-luta-contra-a-discriminacao-na-comunicacao-social-2006> (último acesso em 13 de Março de 2017)
2. Informação adicional sobre o historial do prémio está disponível no endereço <http://www.gmcs.pt/pt/direitos-humanos-tolerancia-e-luta-contra-a-discriminacao-na-comunicacao-social-2006> (acedido em 30 de Julho de 2015)

REFERENCIAS

- Aristóteles. (2005). *Aristóteles. Retórica* [Aristotle. Rhetoric]. (M. A. Júnior, P. F. Alberto, & A. d. Pena, Trads.) Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Arnold, M. (1987, June 14). *The Nineteenth Century*. Retrieved from Attacking the Devil: <http://www.attackingthediabol.co.uk/related/easter.php>
- Berning, N. (2011). Toward a Critical Ethical Narratology for Literary Reportages: Analyzing the Story Ethics of Alexandra Fuller's Scribbling the Cat. *Interferences littéraires/Littéraire Interferentia*, 7, 189-221. Retrieved from <http://interferenceslitteraires.be/sites/drupal.arts.kuleuven.be.interferences/files/illi7noraberning.pdf>
- Boynton, R. (2005). *The New New Journalism: conversations with America's best nonfiction writers on their craft*. New York: Vintage Books.
- Chaparro, M. C. (1999, October). O Acontecimento como Discurso [Event as Discourse]. *Comunicação e Sociedade* 2, 14(1-2), 295-304. [https://doi.org/10.17231/comsoc.2\(2000\).1402](https://doi.org/10.17231/comsoc.2(2000).1402)
- Coelho, S. O. (2014, Nov. 15). "A Sangue Frio" ou um romance viral? Crime que inspirou a obra maior de Truman Capote faz 55 anos ["In Cold Blood" or viral romance? The crime that inspired Truman Capote's work turns 55 years old]. Retrieved from *Observador*: <http://observador.pt/2014/11/15/reportagem-sangue-frio-ou-um-romance-viral-hoje-faz-55-anos-sobre-obra-maior-de-truman-capote/>
- Connery, T. B. (1992). *A Sourcebook of American Literary Journalism. Representative Writers in an Emerging Genre*. New York: Greenwood Press.
- Cramer, J., & McDevitt, M. (2004). Ethnographic Journalism. In S. Iorio, *Qualitative Research in Journalism: Taking it to the Streets* (pp. 127-144). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Gillespie, B. (2012). Building bridges between literary journalism and alternative ethnographic forms: opportunities and challenges. *Literary Journalism Studies*, 4(2), 67-80. Retrieved from <http://www.ialjs.org/wp-content/uploads/2013/01/067-80-Buildingbridges.pdf>
- Hartsock, J. (2007). "It was a dark and stormy night". Newspaper reporters rediscover the art of narrative literary journalism and their own epistemological heritage. *Prose Studies: History, Theory, Criticism*, 29(2), 257-284. <https://doi.org/10.1080/01440350701432853>
- Hartsock, J. C. (2000). *A History of American Literary Journalism. The Emergence of a Modern Narrative Form*. Amherst, MA: University of Massachusetts Press.
- Helliker, K. (2013, Feb. 8). *Capote Classic 'In Cold Blood' Tainted by Long-Lost Files*. Retrieved from *The Wall Street Journal*: <http://www.wsj.com/articles/SB10001424127887323951904578290341604113984>
- Keeble, R. & Tulloch, J. (eds.). (2012). *Global Literary Journalism. Exploring the Journalistic Imagination*, Vol. 1. New York: Peter Lang Publishers.
- Keeble, R. & Tulloch, J. (eds.). (2014). *Global Literary Journalism. Exploring the Journalistic Imagination*. Vol.2. New York: Peter Lang Publishers.
- Kerrane, K. & Yagoda, B. (1998). *The Art of Fact. A Historical Anthology of Literary Journalism*. New York: Touchstone Books.

- Marques, S. M. (2011, May 16). *Os novos portugueses I. E quão livres são os imigrantes?* [The new Portuguese I. And how free are the immigrants?]. Retrieved from GMCS: http://www.gmcs.pt/_gmcs2008/download.php?dir=177.688&file=novos_portugueses.pdf
- Morton, L. (2014). Not my people. The epistemological complexities of knowing and representing other cultures in literary journalism. *Journalism Studies*, 15(6), 774-788. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2013.857481>
- Moura, P. (2012, Nov. 4). *A revolução virá do campo* [Revolution will start in the country]. Retrieved from GMCS: <http://www.gmcs.pt/ficheiros/pt/a-revolucao-vira-do-campo.pdf>
- Nery, I. (2013, April 25). *O caminho para a liberdade* [The road to freedom]. Retrieved from GMCS: <http://www.gmcs.pt/ficheiros/pt/o-caminho-para-a-liberdade.pdf>
- Neves, M. d. (2006, Nov. 18, 19, 20, 21, 22, 23). *Vida de Imigrante* [Immigrant's life]. Retrieved from *Diário de Notícias*: http://www.dn.pt/Inicio/interior.aspx?content_id=648934
- Neves, M. d. (2007, June 10). *Portugueses alimentam nova escravatura na Europa* [The Portuguese supply new slavery in Europe]. Retrieved from *Diário de Notícias*: http://www.dn.pt/Inicio/interior.aspx?content_id=659079
- Nobre, S. (2008, Nov. 29). *Corpos Imperfeitos* [Imperfect bodies]. Retrieved from *Prémio de Jornalismo Direitos Humanos & Integração - Premiados e Nomeados 2009*: <http://www.gmcs.pt/pt/direitos-humanos-integracao-2009>
- Pauly, J. (2011). Literary Journalism and the Drama of Civic Life: Keynote address, IALJS, Brussels, Belgium May 13, 2011. *Literary Journalism Studies*, 3(2), 73-82. Retrieved from http://epublications.marquette.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1117&context=comm_fac
- Pinto, M. C. (2013, January 30). *A vida em "contra-corrente" de uma escritora e jornalista "freelancer"* [The counter-current life of a freelancer writer and journalist]. Retrieved from *Público*: <http://p3.publico.pt/cultura/livros/6435/vida-em-contra-corrente-de-uma-escritora-e-jornalista-freelancer>
- Rodrigues, R. (2009, January 18). *Pobres como nós* [Poor people like us]. Retrieved from GMCS: http://www.gmcs.pt/_gmcs2008/download.php?dir=167.655&file=pobres_como_nos.pdf
- Rolland, A. (2006). Commercial News Criteria and Investigative Journalism. *Journalism Studies*, 7(6), 940-963. <https://doi.org/10.1080/14616700600980710>
- Sá, S. (2010, June 17). *O meu corpo não é o meu sexo* [My body is not my sex]. Retrieved from GMCS: http://www.gmcs.pt/_gmcs2008/download.php?dir=165.650&file=o_meu_corpo_nao_e_o_meusexo.pdf
- Santos, I. (2007). *O Império do Outro* [The Empire of the Other]. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Sims, N., & Kramer, M. e. (1995). *Literary Journalism. A New Collection of the Best American Nonfiction*. New York: Ballantine Books.
- Trindade, A. (2006). *News that Last. Quatro momentos de Jornalismo Literário Americano* [News that Last. Four Moments of American Literary Journalism]. Lisboa: Universidade Aberta.
- Trindade, A. (2012). Lush Words in the Drought: The Literary Journalism of Pedro Cardoso. In R. Keeble & J. Tullock (eds.), *Global Literary Journalism. Exploring the Journalistic Imagination*, Vol. 1 (pp. 287-298). New York: Peter Lang Publishers.
- Trindade, A. (2016, Oct.). Angola – território e identidade. Crónicas de Luís Fernando [Angola - Territory and identity. Luis Fernando's chronicles]. *Revista FAMECOS. Mídia, Cultura e Tecnologia*, 23(n. supl.). <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2016.s.24636>
- Tuchman, G. (1972). Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen's Notions of Objectivity. *American Journal of Sociology*, 77(4), 660-679. <https://doi.org/10.1086/225193>
- Wahl-Jorgensen, K. (2013). The strategic ritual of emotionality: A case study of Pulitzer Prize-winning articles. *Journalism*, 14(1), 129-145. <https://doi.org/10.1177/1464884912448918>
- Wolfe, T., & Johnson, E. e. (1973). *The New Journalism*. New York: Harper & Row.

SOBRE OS AUTORES

Alice Trindade é Professora Associada do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Doutorada em Estudos Americanos, desenvolve pesquisa sobre jornalismo literário, traduzida em publicações internacionais. Foi membro fundador, e Presidente da International Association for Literary Journalism Studies entre 2010-2012. Dedicar-se neste momento ao estudo do jornalismo literário no espaço CPLP.

Rita Inácio frequenta o Mestrado em Comunicação enquanto experimenta os primeiros passos em carreira jornalística, tendo como última experiência o jornal online português Observador. Entre o estudo, um blog e a aquisição de experiência profissional procura desenvolver o talento que a fará conhecida.